# A deliberação humana\* - 24/02/2018

[](https://www.blogger.com/blogger.g?blogID=7718081438042230655#\_ftn1)Se a  
consciência é juiz incompetente em matéria de vontade, também a percepção  
exterior o é, pois se volta para fora. Então, não é de nossa vontade que se  
trata, mas da dos outros seres que se apresentam a nós. A energia cognitiva  
deve se concentrar no exame desse objeto exterior através da lei da  
causalidade, que nos é conhecida \_a priori\_ , e versa sobre fenômenos que  
aparecem a partir de causas e efeitos com regressão infinita  
(efeito<=causa<=efeito<=causa... não se descobre o ponto inicial!). Para  
Schopenhauer, a forma geral de nossa inteligência é dada pelo princípio de  
causalidade kantiano, por ele recuperado como princípio de razão suficiente, e  
significa que, dada uma causa, há produção do efeito, \_necessariamente\_.  
Assim, todos os seres da experiência que nos são dados como objetos reais,  
divididos em inorgânicos, vegetais e animais, estão submetidos a esse  
princípio, nas seguintes formas motoras: 1) Causalidade, 2) Excitação e 3)  
Motivação.  
  
A causalidade é caracterizada pelas segunda e terceira lei de Newton  
(identidade de ação e reação e intensidade do efeito proporcional à  
intensidade da causa) e governa as mutações mecânicas, físicas e químicas  
distintivas dos corpos inorgânicos. A excitação governa o desenvolvimento da  
vida vegetal e não segue as leis de Newton. Por isso, há um grau de excitação  
que ultrapassado produz resultado inverso. Por exemplo, a água faz a planta  
crescer, mas, em excesso, a faz morrer. Já a motivação é distintiva dos seres  
animais e supera as excitações, dado que as suas necessidades são mais  
complexas e seus movimentos dependem da escolha de diversos motivos. Essa é a  
vontade, representação da inteligência guiada por um objeto exterior. Ao passo  
que a excitação se dá pelo contato imediato da causa excitadora (luz, por  
exemplo) com o efeito no objeto por intermédio da atmosfera, o intermediário  
da motivação é a inteligência e, independentemente de que distância um objeto  
esteja do sujeito, não se poderá prever a influência que será exercida sobre  
ele. Há a atividade de uma “força vital” nos vegetais, aparente, e a atividade  
de uma força natural nos animais, que se esconde no interior de cada  
consciência. Essa mola propulsora é caracterizada por Schopenhauer como a  
vontade, que conduz o nosso movimento e é comparada à \_coisa em si\_ de Kant.  
  
Como os animais não passam da representação sensível, eles agem influenciados  
pelos objetos que lhe são \_acessíveis em determinado momento\_. Esse é o  
instinto animal, guiado sempre por um motivo mais forte que determina sua  
vontade. Já a inteligência humana é muito superior à de outros animais, pois,  
pelo poder de abstração da razão, combina palavras em conceitos universais  
pela faculdade do pensamento e forma representações não sensíveis através das  
quais pensa e reflete e agrega, para sua escolha, \_objetos ausentes além dos  
objetos exteriores que a influenciam\_. Na maioria das vezes, são esses  
pensamentos que orientam a ação e não o que se apresenta externamente naquele  
momento. Tal existência interior revela a \_intencionalidade\_ da ação humana,  
desconhecida dos animais. Mas a diferença não passa disso: o pensamento do  
homem se torna um novo motivo que pode, por força do intelecto, ser revisitado  
quando a vontade se encontra sob a causalidade oriunda da percepção exterior.  
Essa operação é a deliberação.  
  
   
  
\* \* \*  
  
(\*) Schopenhauer, Arthur. O Livre Arbítrio \- Col. Saraiva de Bolso.  
Considerações iniciais do capítulo terceiro (p. 51-63).